CBIC Hoje

CBIC
Informativo Diário da Indústria da Construção

ACESSE O SITE CBIC MAIS

CONTRATE O SEGURO MIP HABITACIONAL COM AS MELHORES CONDIÇÕES DO MERCADO.

Seguradora: ZURICH Seguros | GEO

90º ENIC Encontro Nacional da Indústria da Construção
FASC Fórum de Ação Social e Cidadania | CBIC
SESI Iniciativa da CNI - Confederação Nacional da Indústria

18 de maio (Sexta-Feira)

Programação do Fórum de Ação Social e Cidadania

16h às 18h - Os desafios e as oportunidades da Ética e Compliance no setor da indústria da construção

Conheça a programação do **90º ENIC**

Faltam 08 dias para o 90º ENIC.

CBIC participa de debate da *Isto É Dinheiro* sobre a segurança jurídica dos projetos de infraestrutura

No debate sobre "Infraestrutura: Segurança Jurídica e Gestão Pública", promovido e transmitido ao vivo nesta terça-feira (08/05) pela revista *Isto É Dinheiro,* com apoio da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o presidente da Câmara Brasileira da Indústria

da Construção (CBIC), José Carlos Martins, destacou que para que a sociedade tenha obras entregues no prazo e dentro do orçamento previsto é preciso uma mudança de cultura, que passa pela concepção dos projetos que precisam ser feitos. "No dia em que o Estado tiver pessoas responsáveis por terminar obras, elas serão entregues nos prazos previstos. Tem muita gente cuidando do meio, mas ninguém é responsável por terminar, apenas por fiscalizar as obras", disse Martins, citando o estudo que está sendo finalizado pela CBIC, com a correalização do Senai Nacional, sobre o "Custo das obras paralisadas" no Brasil. "Não se analisa o custo e benefício das decisões que impactam no meio", reforçou. O estudo será apresentado durante o 90º Encontro Nacional da Indústria da Construção (Enic), que será realizado de 16 a 18 de maio, em Florianópolis (SC).

Martins participou do debate, mediado pelo editor-adjunto de Economia da revista, Gabriel Baldocchi, e pela editora e apresentadora do programa Dinheiro Ao Vivo, Geovana Pagel, juntamente com o presidente da Associação Brasileira das Concessionárias de Rodovias (ABCR), Cesar Borges; o presidente do Sinicon, Evaristo Augusto Pinheiro Camelo; o secretário Especial da Secretaria do Programa de Parcerias e Investimentos, Adalberto Santos Vasconcelos, e o professor da FGV, Armando Castelar.

Na mesma linha, o presidente executivo da ABCR, César Borges, reforçou a importância de regras bem claras e definidas para que não haja insegurança jurídica e a obra deixe de ser entregue no prazo certo, gerando insatisfação à população. "Não se pode mudar regras a cada instante", disse.

"O Brasil precisa de um binômio de Planejamento e Segurança Jurídica, para que a gente tenha obras que comecem e terminem dentro do orçamento e do prazo estipulado. A PPI é um exemplo de uma estrutura de governança criada para escolher e encubar projetos para que eles sejam lançados e licitados quanto efetivamente estiverem maduros", aponta o presidente do Sinicon, Evaristo Augusto Pinheiro Camelo.

Para o secretário Especial da Secretaria do Programa de Parcerias e Investimentos, Adalberto Santos Vasconcelos, a solução para a questão passa pela continuidade administrativa, já que investimento em infraestrutura é investimento de longo prazo; pelo planejamento de Estado brasileiro, que ultrapassa o governo; por uma carteira de projetos, e por contratos robustos e consistentes, com previsibilidade e matriz de repartição de riscos. Sobre o Programa de Parcerias e Investimentos (PPI), destacou que ele tem por missão fazer uma governança no órgão administrativo, para que tenha segurança jurídica e previsibilidade para os investidores nacional e estrangeiro.

O professor da FGV, Armando Castelar, também reforçou a importância do planejamento, da disposição política e de recursos. Entre outros, destacou que a experiência mostra que o auditor acreditado ajuda a entregar a obra dentro do prazo e com custo razoável.

O *Debate Isto É Dinheiro* sobre "Infraestrutura: segurança jurídica e gestão pública" também abordou questões como o risco da insegurança jurídica, o desequilíbrio dos contratos e de que forma uma infraestrutura eficiente pode impactar no PIB do Brasil, que podem ser conferidas na íntegra, **clicando aqui**.

Share Tweet Forward

COP/CBIC lançará estudos sobre o Aprimoramento da Matriz de Risco em Concessões Rodoviárias e o Custo das Obras Paralisadas durante o 90º Enic

Faltam apenas oito dias para o 90º Encontro Nacional da Indústria da Construção que, neste ano, será realizado em Florianópolis (SC). A Comissão de Infraestrutura (COP) da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, com apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai Nacional), promoverá um importante painel na tarde do dia 17 de maio sobre o tema Segurança Jurídica: pilar para o desenvolvimento da Infraestrutura, com o lançamento de dois importantes estudos.

O estudo sobre o "Aprimoramento da Matriz de Riscos em Concessões Rodoviárias" preparado pelo escritório Vernalha Guimarães & Pereira, será apresentado por Fernando Vernalha. Já a exposição sobre o estudo "Custo das Obras Paralisadas", elaborado pela Inter.B Consultoria, será feita por Cláudio Frischtak.

Ainda durante o painel, o senador José Medeiros fará uma exposição sobre a "Eficiência na Fiscalização e Controle", ocasião em enfatizará o necessário equilíbrio entre gestão e controle, sem o que poderemos incorrer num verdadeiro "apagão decisório". O debate contará também com a participação de Sérgio Rodovalho (GEPAD/Caixa) e de Fernando Vernalha (VG&P Advogados). Já Jurandir Silva apresentará os aspectos da Revisão dos Acórdãos do TCU envolvendo Orçamentos em Licitações Públicas. Participe! Para mais informações e inscrições, **clique aqui**.

Share Tweet Forward

Infraestrutura é vetor para o desenvolvimento das cidades e a

retomada do investimento

No momento em que a economia exige estímulos para crescer e os governos enfrentam dificuldades de arrecadação, a retomada do investimento em parceria com a iniciativa privada é o caminho que pode levar o Brasil a um novo ciclo de crescimento. Para isso, é preciso destravar as modalidades de concessão e parceria público-privada (PPPs) e dar prioridade aos segmentos de infraestrutura, cuja oferta terá impacto positivo sobre a economia; e saneamento e mobilidade urbana; onde estão concentrados importantes gargalos na prestação de serviço público. Essa é a síntese do seminário *Oportunidades de investimentos em infraestrutura nas cidades*, realizado durante o primeiro dia da 73ª Reunião Geral da Frente Nacional de Prefeitos (FNP) em 07/05. "O Brasil não tem mais tempo para ficar falando. Nós precisamos fazer as coisas", afirmou José Carlos Martins, presidente da Câmara Brasileira de Indústria da Construção (CBIC).

Durante o evento, Martins apresentou as linhas gerais do Programa Nacional de Apoio aos Municípios, pensado para fomentar projetos de concessões e PPPs nas cidades e já anunciada pelo governo federal. Segundo Martins, alguns detalhes exigem finalização, mas a execução do programa terá reflexo decisivo nas cidades. "Além de ampliar e melhorar a oferta de serviços públicos, esse programa tem potencial para gerar novos empregos e renda", disse o presidente da CBIC. Em correalização com o Senai Nacional e parceria com a FNP, a entidade formulou e apresentou ao governo federal as linhas gerais do projeto.

Realizado na cidade de Niterói (RJ), o seminário reuniu representantes de agentes financiadores, como a Caixa Econômica Federal, BNDES e BID, que discutiram os gargalos e potencial para o investimento na infraestrutura. O resgate do planejamento e de projetos de boa qualidade; e a melhoria dos marcos regulatórios e da governança das empresas foram apontados como desafios a serem superados. Os painelistas convergiram na percepção de que 2019 pode ser o ano para tirar projetos do papel, tendo as cidades como palco principal.

Share Tweet Forward

Pré-candidatos de 11 partidos participam da 73ª Reunião Geral da FNP

A 73ª Reunião Geral da Frente Nacional dos Prefeitos realizou nesta terça-feira (08/05), em Niterói, no Rio de Janeiro, o painel "Diálogo com Presidenciáveis", organizado pela Frente Nacional dos Prefeitos, com apoio especial da CBIC e do Senai Nacional. Participaram do painel, pré-candidatos de 11 partidos políticos que falaram sobre a **Carta de Recife**, documento finalizado ontem, durante a Plenária de Prefeitos com as principais demandas municipais.

Em ordem previamente sorteada e ajustada entre os próprios presidenciáveis, Rodrigo Maia (DEM), Geraldo Alckmin (PSDB), Guilherme Afif, Manuela D'Ávila (PCdoB), Marina Silva (Rede), Ávaro Dias (Pode), Ciro Gomes (PDT), Aldo Rebelo (SD), Guilherme Boulos (PSOL), Paulo Rabelo (PSC) e Henrique Meirelles (MDB) tiveram 25 minutos para falar sobre o conteúdo do documento.

O UOL Notícias transmitiu ao vivo todo o Diálogo com os Presidenciáveis. Confira os vídeos na íntegra:

Rodrigo Maia (DEM) - **https://bit.ly/2ImrFt9**
Geraldo Alckmin (PSDB) - **https://bit.ly/2rpxgEC**
Guilherme Afif - **https://bit.ly/2I2tbBe**
Manuela D'Ávila (PCdoB) - **https://bit.ly/2I2HGp3**
Marina Silva (Rede) - **https://bit.ly/2rtGK2m**
Ávaro Dias (Pode) - **https://bit.ly/2KLm4Lt**
Ciro Gomes (PDT) - **https://bit.ly/2FWfVIw**
Aldo Rebelo (SD) - **https://bit.ly/2I4nbIA**
Guilherme Boulos (PSOL) - **https://bit.ly/2I4nbIA**
Paulo Rabelo (PSC) - **https://bit.ly/2ImrKNA**
Henrique Meirelles (MDB) - **https://bit.ly/2FUj6k8**

Confira as fotos do Diálogo com os Presidenciáveis aqui.

(Com informações da FNP)

Share Tweet Forward

CMA/CBIC participa de audiência pública sobre gestão de resíduos da construção civil

Foto: Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

"Resíduos têm valor. São mais de 90 tipos gerados em uma obra e eles constituem muitas oportunidades", afirmou a consultora Lílian Sarrouf, que representou a Comissão de Meio Ambiente (CMA) da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) em audiência pública nesta terça-feira (8), na Câmara dos Deputados, sobre a situação dos resíduos gerados pelas construções e demolições. O tema é de interesse para o projeto "Proposições de legislações e políticas públicas ambientais" da CMA, correalizado pelo Senai Nacional.

O objetivo da audiência foi avaliar a efetividade da Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei nº 12.305, de 2010, e a necessidade de aprimoramento da Resolução Conama nº 307, de 2002 – a qual contou com a participação da CBIC em sua elaboração. "Temos um medo enorme das pressões de mudanças da resolução e da lei ambiental, porque muita coisa que se construiu pode se perder", declarou Sarrouf. Segundo a consultora, é preciso respeitar o arcabouço legislativo ambiental, que não foi feito para resolver questões técnicas e especificar soluções. "As legislações têm que promover, dar diretrizes e incentivar", resumiu.

Sarrouf explicou que é preciso entender melhor a classificação de resíduos da construção –

"estamos buscando saídas para os resíduos, que são diferentes de rejeitos" – e a diferença entre aterro de construção civil e aterro sanitário, além de compatibilizar as diversas legislações para evitar confusões.

O setor da construção tem a obrigação de reduzir a geração de resíduos e enxerga benefícios na correta gestão dos resíduos de obras, com ganhos de competitividade por meio da redução de custos, de uma gestão mais ambientalmente correta e, até mesmo, de impacto na segurança e saúde do trabalhador. "Se eu comparar dois prédios residenciais iguais, consigo reduzir 35% do custo só com a destinação adequada dos resíduos", citou Sarrouf.

Como exemplo de políticas públicas que conseguiram resolver esse problema, a consultora da CBIC apresentou o caso da cidade de Jundiaí, em São Paulo, que conseguiu reduzir em mais de 90% os pontos de descarte irregular de resíduos da construção civil. "O setor privado sempre apoiou a gestão pública de resíduos e nunca se negou a cumprir com sua parte. As entidades representativas do setor da construção têm ajudado muito nessa solução congregada do resíduo da construção, tanto no caso do grande gerador quanto no do pequeno", ressaltou.

Zilda Maria Faria Veloso, diretora do Departamento de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos (DQAR) do Ministério do Meio Ambiente (MMA), também comentou sobre as oportunidades para o setor: "A Política Nacional tem um viés de aproveitamento econômico dos resíduos. No caso dos resíduos da construção civil, se segregados corretamente e com tratamento posterior, têm uma gama muito grande de aproveitamento".

Share Tweet Forward

Bancos acompanham Caixa e diminuem juros de crédito imobiliário

Matéria publicada nesta terça-feira (08/05), na *Gazeta Online - ES*, destaca que não demorou para que o setor privado respondesse ao corte da Caixa Econômica Federal nos juros do crédito imobiliário. Depois de 17 meses sem redução, que custou parte de sua fatia nesse mercado, o banco público diminuiu até 1,25 ponto porcentual da taxa anual, igualando seus juros aos praticados pelos bancos particulares.

Foi preciso menos de uma semana para que surgisse a primeira resposta ao movimento da Caixa, que passou suas taxas mínimas de 10,25% para 9% ao ano no Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e de 11,25% para 10% no Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI). O banco Santander anunciou uma redução na taxa de 9,49% ao ano para 8,99% no SFH, e de 9,99% para 9,49% pela Carteira Hipotecária, sistema semelhante ao SFI. O Bradesco desceu os juros de 9,3% para 8,85% ao ano do SFH, e de 9,7% para 9,3% ao ano no SFI. No Itaú, as taxa continuaram as mesmas, a partir de 9% ao ano para SFH, e 9,5% para SFI.

Dados da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip) confirmam o avanço dos bancos privados no mercado de crédito imobiliário. Em março deste ano, o Bradesco liderou o mercado, com uma carteira de R$ 1,1 bilhão, enquanto a Caixa apareceu em quarto lugar, com R$ 712 milhões. Um ano atrás, no mesmo mês, a Caixa era a primeira colocada, com R$ 2 bilhões.

Share Tweet Forward

Sinduscon-PA lança Censo Imobiliário de Belém e Ananindeua

O Sindicato da Indústria da Construção do Estado do Pará (Sinduscon-PA) lança nesta quarta-feira (09/05) o Censo Imobiliário de Belém e Ananindeua, com o mapeamento e a classificação da oferta vertical de mercado nos dois municípios. O Censo foi desenvolvido pela empresa paranaense Bureau de Inteligência Corporativa (Brain) com identificação, classificação, análise dos empreendimentos residenciais e comerciais, avaliações de mercado residencial nos aspectos socioeconômico e demográfico, além de estudo por tipologia, padrões e regiões. A iniciativa está em consonância com os padrões nacionais desenvolvidos no âmbito da Comissão da Indústria Imobiliária da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CII/CBIC) e com a parceria do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). O evento tem correalização do Sistema Fiepa e da Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário do Pará (Ademi-PA).

A Caixa Econômica Federal (Caixa), o Banco do Brasil (BB), o Santander, o Itaú e o Bradesco, principais instituições financeiras e agentes de financiamento de crédito imobiliário no País, terão representantes na apresentação do referido diagnóstico, bem como de vários órgãos governamentais e de pesquisa, entre eles a Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa) e o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos do Estado do Pará (Dieese-PA).

"O Sinduscon-PA, como agente representativo de classe, tem a prerrogativa de buscar mecanismos facilitadores para dinamizar o setor, e um dos fatores para desenvolver instrumentos nesse sentido é o amplo conhecimento da área, da realidade que a envolve", disse o presidente sindical Alex Dias Carvalho. "Consideramos que disseminar esse conhecimento, com credibilidade e detalhamento é um passo importante para possibilitar novos direcionamentos e atitudes. O mercado exige essa postura, e o Sinduscon-PA toma a frente em favor de novos projetos e empreendimentos", declarou. As novas perspectivas de negócios e de desenvolvimento do mercado imobiliário no Estado serão explanadas pelo Sinduscon-PA e corpo técnico que fará a exposição da pesquisa em questão.

Share Tweet Forward

Feira Internacional do Mármore e Granito apresentará rochas ornamentais como tendência na construção

Rochas ornamentais são a aposta dos profissionais da construção civil e arquitetura que buscam novos materiais para projetos de urbanização, edificações e residências. A fim de atender essa demanda do setor, a Feira Internacional do Mármore e Granito – Vitoria Stone Fair apresentará os lançamentos e inovações em rochas, tecnologias e design de 5 a 8 de junho, no Carapina Centro de Eventos, no município de Serra, Espírito Santo.

O Brasil é referência mundial em rochas ornamentais – como mármores, granitos, quartzitos e ardósias – e as possibilidades de aplicação desses materiais são diversas, sendo utilizados em edificações e espaços públicos. Dentre suas qualidades estão durabilidade, beleza, resistência e atemporalidade.

A feira é voltada para quem busca conhecer as novidades no uso da pedra natural e as maiores empresas do ramo, havendo oportunidades de negociação direta com fornecedores. Para participar do considerado evento mais importante para o setor de rochas e suas tecnologias na América Latina, tendo recebido mais de 20 mil visitantes de 46 países no último ano, os interessados devem se credenciar pelo site **www.vitoriastonefair.com.br**.

Share Tweet Forward

AGENDA

16 a 18 de maio

90º Encontro Nacional da Indústria da Construção (Enic)

Localização: Florianópolis/SC

Mais informações no site do evento.

Inscrições, clique aqui.

CLIQUE AQUI PARA ACESSAR TODAS AS EDIÇÕES DO CBIC HOJE

CBIC

CBIC - Câmara Brasileira da Indústria da Construção | SBN - Quadra 01 - Bloco I - Edifício Armando Monteiro Neto - 4º Andar - CEP 70.040-913 - Brasília/DF | Tel.:(61) 3327-1013

unsubscribe from this list **update subscription preferences**
Inscreva-se aqui para receber nossos informativos